

Fátima Santos

De: pedro arruda
Enviado: 21 de maio de 2021 18:14
Para: arquivo
Assunto: FW: entrega de petição
Anexos: Manifesto Açoriano - Pelos Direitos Fundamentais.pdf; PeticaoMANifestoAcoriano.csv

De: pedro arruda
Enviada: 21 de maio de 2021 18:04
Para: peticao@alra.pt; secgeral@alra.pt
Cc: m:
<rit@alra.pt>
Assunto: entrega de petição

Exmos. Srs.

Vimos por este meio entregar a V. Exas a petição em anexo bem como identificação dos respetivos subscritores.

Com os melhores cumprimentos

Pedro Arruda

manifesto açoriano

CAPÍTULO I

PELOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Passado pouco mais de um ano sobre a declaração, pela Organização Mundial de Saúde, da pandemia de SARS-CoV-2, vírus responsável pela doença COVID-19, é hoje dolorosamente claro que **os esforços colectivos de contenção da pandemia tiveram um elevado custo social e económico** em todas as comunidades.

Embora tomadas com um compreensível e justificado sentido de salvaguarda da “Saúde Pública”, torna-se inevitável reconhecer que temos assistido, ao longo de todo este tempo, a uma série de **medidas opressivas, autoritárias e profundamente penalizadoras da economia e da sociedade em geral** que, pelo seu impacto devastador, representam, elas próprias, um sério risco para a própria “Saúde Pública” que visam proteger. Pelos seus efeitos arrasadores na generalidade da população, com particular incidência nos idosos, ostracizados e forçados a um isolamento desumano; nas pessoas com deficiência, cujas vidas são desestruturadas pelo encerramento dos serviços de apoio e complementares; nas crianças e jovens, que viram as suas vidas académicas e capacidade de relacionamento com outras crianças e jovens comprometida pelo fecho dos estabelecimentos de ensino e na sua vida social e familiar, desestabilizada pelo confinamento; nas famílias, muitas vezes indefesas face ao *lay off* e consequente quebra de rendimentos ou às exigências do teletrabalho, do ensino à distância e, noutros casos, da falência das empresas e do desemprego; o stress, a ansiedade, o *languishing* e *burnout* parental; o agravamento de outras doenças e

patologias, pelo acesso condicionado a exames complementares e serviços de saúde; até, enfim, o acesso ao ar-livre, a hábitos de vida saudável, ao lazer, à cultura e ao entretenimento, provocados pelos sucessivos confinamentos e recolheres obrigatórios.

De acordo com a declaração de *Great Barrington* (www.gbdeclaration.org): *“As atuais políticas de confinamento estão a produzir efeitos devastadores na saúde pública a curto e longo prazo. Os resultados (para citar alguns) incluem **taxas mais baixas de vacinação infantil, agravamento dos prognósticos das doenças cardiovasculares, menos exames oncológicos e deterioração da saúde mental** – levando a um maior excesso de mortalidade nos próximos anos, com a classe trabalhadora e os membros mais jovens da sociedade a carregar um fardo mais pesado. Manter os alunos fora da escola é uma grave injustiça. Manter estas medidas em vigor até que uma vacina esteja disponível causará danos irreparáveis, com os mais desfavorecidos a serem desproporcionalmente prejudicados.”*

Do ponto de vista estatístico, de acordo com a própria OMS, a taxa de mortalidade associada à COVID-19 é extremamente baixa, sendo que os fatores de risco estão diretamente associados a outras patologias e comorbilidades. Importa, também, realçar que, em Portugal, tal como no resto do mundo, 87% dos óbitos associados à doença COVID-19 aconteceram na faixa etária de +70 anos e 65% nos +80 anos, devendo obrigatoriamente as medidas de contenção ser focalizadas neste grupo etário. Saliente-se, ainda, que de acordo com os números recentemente publicados pelo INE, nos Açores, **apenas 0,9% de todos os óbitos registados no ano de 2020 estão associados à COVID-19.**

Por outro lado, importa, neste momento, **ter em linha de conta as muitas aprendizagens feitas neste longo período de pandemia** sobre a perigosidade do vírus, a sua sazonalidade, o tratamento e a mortalidade da doença e, ainda, a existência, embora de distribuição escassa, de várias vacinas, para perceber que, embora ao nosso

alcance, ainda está distante a imunidade de grupo, podendo a pandemia prolongar-se por um tempo indeterminado.

Assim, em face do exposto, entendem, **os signatários do presente Manifesto ser imperiosa uma alteração das estratégias de combate à pandemia implementadas na Região** que permitam, por um lado, o seu controlo, dentro do respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos, garantidos na Constituição da República Portuguesa, bem como, por outro lado, a prossecução de um mínimo de padrões de normalidade na vida das comunidades requerendo, para tal, às autoridades regionais, a avaliação e implementação urgente das seguintes medidas:

1. **Repor as liberdades e direitos básicos dos cidadãos**, optando-se por medidas pedagógicas de profilaxia dos contágios, como seja o uso de máscaras em locais fechados, a etiqueta respiratória e o distanciamento quando possível.
2. **Reabrir, o mais rapidamente possível, as aulas presenciais**, em todos os ciclos de ensino, restabelecendo-se assim a normalidade do processo pedagógico e o desenvolvimento psicossocial das crianças e jovens, devendo, para isso, ser reforçadas com meios técnicos e humanos, as equipas de apoio pedagógico e psicológico, de toda a comunidade escolar, de modo a mitigar os previsíveis danos resultantes de tão prolongada e dura adversidade, gerada pelo encerramento forçado das aulas presenciais, evitando-se assim o, infelizmente expectável, incremento do já altamente problemático abandono escolar precoce.
3. **Restabelecer o direito à circulação, à mobilidade dos cidadãos, ao exercício físico**, em todas as suas vertentes e manifestações e à vida em comunidade dentro do respeito pelas medidas sanitárias básicas descritas.
4. **Retomar o funcionamento regular dos estabelecimentos do canal HORECA, e restantes actividades económicas afectadas,**

bem como das atividades culturais, em estreita cooperação com cada sector, de modo a garantir as condições estáveis e previsíveis para uma vigorosa recuperação económica dos Açores, em particular da ilha de São Miguel, que é a mais fortemente penalizada pelas medidas restritivas tomadas até ao presente momento.

5. **Capacitar o Serviço Regional de Saúde com o reforço de meios, técnicos e humanos**, necessários para uma eficiente gestão dos impactos da pandemia, em lugar de medidas altamente lesivas do bem-estar social, como é o caso do encerramento de escolas, de estabelecimentos e empresas, confinamentos, recolher obrigatório e cercas sanitárias, que colocam, injusta e injustificadamente, o ónus da pandemia no cidadão e isentam o Estado das suas verdadeiras responsabilidades.
6. **Rever os critérios de risco, optando-se por uma política mais cirúrgica, localizada e flexível**, como, aliás foi, à data da sua tomada de posse, sugerido pela própria Autoridade de Saúde Regional, em lugar das medidas gerais aplicadas indiscriminadamente a toda a ilha, geradoras de profundas injustiças e desigualdades.
7. **Criar uma comissão multidisciplinar de acompanhamento da pandemia** que congregue especialistas de várias áreas científicas como a sociologia, a psicologia, a economia e outras ciências sociais, bem como médicos de saúde pública e epidemiologistas, que possam analisar a situação, dia-a-dia, e propor ao Governo medidas equilibradas e equitativas para a gestão da pandemia, salvaguardando-se o interesse público e, também, em prol da saúde pública, o normal funcionamento da sociedade.
8. **Implementar com carácter de urgência um robusto Plano de Revitalização Económica da Ilha de São Miguel**, que permita

desburocratizar, incrementar e agilizar as medidas de apoio social e económico, imprescindíveis à retoma económica de toda a ilha, que se encontra já numa situação calamitosa, do ponto de vista da sua saúde económica, com consequências catastróficas e imprevisíveis no futuro e que, embora penalizando de forma mais directa e profunda a ilha de São Miguel, afetarão inevitavelmente toda a Região Autónoma dos Açores.

Pelo exposto, os signatários do presente **Manifesto** apelam ao Governo Regional, às restantes forças políticas com e sem assento parlamentar, aos representantes dos diferentes sectores sociais e económicos e à sociedade civil em geral, a um entendimento e um esforço conjunto na normalização da vida dos cidadãos e no combate equilibrado da pandemia, no estrito respeito pela Constituição e pelos direitos fundamentais dos cidadãos à Saúde e à Liberdade rejeitando a noção de que se possam sobrepor um ao outro.

Ponta Delgada, 2 de maio de 2021

Os Signatários

--	--